

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

Servidor: IRIS MENDES BRANDAO
CPF: 649.433.211-00 - **Matrícula:** 1324195
Tipo de Ato: APOSENTADORIA - **Processo:** 60012814/2011
Cargo: Enfermeiro - Classe Especial - Padrão IV
Número do Ato: 001783-9
Data de Ingresso no TCDF: 11/09/2020 **Prazo:** 1 ano(s), 7 mês(es) e 16 dia(s).
Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES)

Senhor Diretor

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de aposentadoria da servidora em epígrafe, ressaltando-se que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07.

ANÁLISE ANTERIOR

2. O Controle Interno baixou o ato em diligência solicitando à Jurisdicionada:

"1) Retificar a publicação do Ato Concessório, às fls. 39, para considerar como Fundamento Legal do Ato: Artigo 40, §1º, inciso I, da CRFB, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com o artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/03, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/12, correspondente à Ementa do ID (516), do sistema SIRAC;

2) Incluir na aba "Dados da Concessão - Republicação/Retificação" a data da retificação do ato e alterar para o ID (516), após o atendimento ao item 1 acima; e

3) Alterar/registrar a proporcionalidade dos proventos na aba "Proventos" do sistema SIRAC para 8086/10950".

3. Após considerar parcialmente atendida a diligência efetuada, opinou pela legalidade do Ato, com a seguinte ressalva:

"Não foi registrada no SIRAC, aba "Dados da Concessão", campo "Republicação / Retificação", a retificação publicada no DODF n.º 173, de 13/09/2016 (fl. 57)".

4. Registra-se que o presente ato foi verificado automaticamente, sendo o resultado final considerado inválido. Do relatório de análise, verificam-se os seguintes registros:

a) "foi detectada divergência na validação do saldo da LPA ou de sua respectiva conversão em pecúnia. Provável uso de 7 mês (meses) para fins de AP ou aposentadoria. Dados obtidos sistemicamente e que precisam ser verificados caso a caso: dias de LPA adquiridos: 270; dias de LPA usufruídos: não localizado; dias de LPA usados para aposentadoria

(sistema de pessoal): não localizado; dias de LPA usados para aposentadoria (SIRAC): 30; dias de LPA usados para aposentadoria (maior entre sistema de pessoal e SIRAC): 30; saldo de LPA: 240; dias vendidos de LPA (cadastro do sistema de pessoal): não localizado; base de cálculo: R\$ 11.708,81 (03/2012); valor de LPA a ser convertido em pecúnia: R\$ 93.670,48; valor pago da conversão de LPA em pecúnia: R\$ 11.708,81 (06/2012)";

b) "foram identificados 3 vínculos públicos", gerando a seguinte acumulação de cargos:

Cargo 1: ENFERMEIRO (7110) (Efetivo) - SES/DF

Matrícula: 01324195 (**o presente Ato**)

Carga horária semanal: 40 horas

Ingresso: 18/12/92

Aposentadoria: 09/04/12

Cargo 2: ENFERMEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE GOIAS

Matrícula: 55809861

Carga horária semanal: ? horas

Ingresso: 18/05/94

Aposentadoria: ?

Cargo 3: ENFERMEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE GOIAS

Matrícula: 55809861

Carga horária semanal: ? horas

Ingresso: ?

Aposentadoria: ?

5. Observa-se que os cargos 3 e 4 são o mesmo.

6. A acumulação entre os cargos 1 e 2 foi registrada na Aba "Dados da Concessão", e considerada lícita por comissão. Entretanto, é preciso ainda que haja compatibilidade horária, nos termos do item III da Decisão nº 6069/17. Ou seja, é preciso que sejam avaliados os 5 anos anteriores à aposentadoria.

7. Registra-se que, na Aba "Tempos", foram cadastrados 974 dias como "Tempos Averbados", prestados à iniciativa privada. Dessa sorte, necessário diligenciar a respeito de averbações em duplicidade.

8. Ademais, registra-se que a retificação mencionada pelo Controle Interno foi juntada na Aba "Tramitação do Ato", mas precisa ser cadastrada na Aba "Dados da Concessão".

9. Acrescenta-se que deve ser corrigida na Aba "Proventos" a proporção para 22/30 (aposentadoria com base na remuneração e paridade e não pela média). Menciona-se que no SIGRH (PAGMAN34) a proporção encontra-se correta (22/30).

10. Ademais, também necessário diligenciar a respeito da situação atual da servidora no Estado de Goiás (se permanece na condição de ativo ou se foi para inatividade), haja vista que se aposentou por invalidez na SES/DF.

DA DILIGÊNCIA

11. Em razão do exposto, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 1384/21**, prorrogada pela Decisão nº 2894/21 e pelos Despachos Singulares nºs 312/2021 –GCMA e 42/2022 - GCMA, assim se manifestou:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou: 1) diligência à jurisdicionada para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, no SIRAC: I) na Aba "Dados da Concessão" cadastre a retificação de 13/09/16; II) na Aba "Proventos" corrija a proporção para 22/30; III) na Aba "Anexos e Observações" junte: a) esclarecimentos quanto aos valores pagos a título de licenças prêmio convertidas em pecúnia, tendo em vista que na análise automática do Ato "foi detectada divergência na validação do saldo da LPA ou de sua respectiva conversão em pecúnia. Provável uso de 7 mês (meses) para fins de AP ou aposentadoria. Dados obtidos sistemicamente e que precisam ser verificados caso a caso: dias de LPA adquiridos: 270; dias de LPA usufruídos: não localizado; dias de LPA usados para aposentadoria (sistema de pessoal): não localizado; dias de LPA usados para aposentadoria (SIRAC): 30; dias de LPA usados para aposentadoria (maior entre sistema de pessoal e SIRAC): 30; saldo de LPA: 240; dias vendidos de LPA (cadastro do sistema de pessoal): não localizado; base de cálculo: R\$ 11.708,81 (03/2012); valor de LPA a ser convertido em pecúnia: R\$ 93.670,48; valor pago da conversão de LPA em pecúnia: R\$ 11.708,81 (06/2012)"; b) parecer da Comissão sobre a acumulação; c) análise da compatibilidade horária dos 5 (cinco) anos anteriores a aposentadoria, nos termos do item III da Decisão nº 6069/17, informando, se houver, os conflitos de horários identificados; d) verificação se houve averbações em duplicidade; e) verificação sobre a situação atual da servidora no Estado de Goiás (se permanece na condição de ativo ou se foi para inatividade), haja vista que se aposentou por invalidez na SES/DF; f) ciência da servidora quanto à decisão do Tribunal, para que, caso entenda necessário, apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de defesa; 2) o retorno dos autos à SEFIPE, para providências de sua alçada".

12. Em atenção à diligência, a Jurisdicionada informou à Aba "Anexos e Observações" que a servidora:

"(...) aposentou-se em 09/04/2012, fazendo jus a 03 (três) quinquênios, adquirindo 09 (nove) meses de licença-prêmio, dos quais usufruiu 07 (sete) meses e mais 01(um) mês computado em dobro para aposentadoria, restando assim 01 (um) mês não utilizado a ser convertido em pecúnia.

Anexamos a planilha de cálculo, no valor R\$ 11.708,81 (onze mil setecentos e oito reais e

oitenta e um centavos), pago em 06/2012".

FREQUENCIA SES/DF 2008 A 2009	20/08/2021 11:03:09	ilovepdf_merged (14)_compressed.pdf
FREQUENCIA SES/DF 2010 A 2012	20/08/2021 11:09:35	ilovepdf_merged (15)_compressed.pdf
JUSTIFICATIVA DE AUSENCIA DE FOLHAS SES/DF	22/09/2021 11:13:34	SEI_GDF - 70338801 - Despacho.pdf
LPA	06/10/2021 09:42:38	iris mende.pdf
LICENÇA CONVERTIDA EM PECUNIA	11/11/2021 09:52:13	PLANILHA_IRIS_MENDES_BRANDAO.pdf
ESCLARECIMENTO SOBRE LICENÇA PREMIO	11/11/2021 09:53:01	IRIS MENDES.pdf
CARTA PARA SERVIDORA	18/04/2022 09:49:42	IRIS_MENDES_BRANDAO.pdf
ANALISE DE LPA	18/04/2022 10:05:46	ANALISE_LPA_PUBLICACAO_IRIS_MENDES_BRANDAO.pdf
SEGUNDO COMUNICADO A SERVIDORA	18/04/2022 10:08:50	SEI_GDF - 78382308 - Comunicado.pdf
EXONERAÇÃO EM SES/GO	18/04/2022 10:09:20	Exoneracao_IRIS_MENDES.pdf
PARECER NUAAC	18/04/2022 10:24:10	SEI_GDF - 84232541 - Despacho.pdf
PESQUISAS RAIS	18/04/2022 10:25:07	IRIS.pdf

13.A servidora foi notificada do teor da Decisão nº 1384/21, por meio da Carta MI002151207BR.

14. Por meio do Despacho - SES/SUGEP/COAP/DIAP/GEAP/NUAAC, de 12/04/22, o Núcleo de Análise de Acumulação de Cargos informou que "***não é possível, por parte deste Núcleo, a análise da compatibilidade de horários da acumulação, dos últimos 5 anos anteriores da aposentadoria, por ausência nos autos, dos quadros de compatibilidade e registros de folhas de ponto referente ao vínculo junto à Secretaria de Estado de Saúde de Goiás. Foram realizadas as pesquisas junto ao SIGRH, CNES, RAIS 2021 e Portal da Transparência Federal e não foi encontrado nenhum outro vínculo (84232085) além dos já analisados.***" (Grifo nosso)

15. Além disso, por meio do Despacho - SES/SRSCE/DA/GP/NGPESP-AN, de 20/09/21, o Núcleo de Gestão de Pessoas das Unidades de Atenção Especializada na Asa Norte informou que "***as folhas de ponto referentes aos meses de 04/2007 à 12/2007 não foram localizadas. Informamos ainda que consta registros de que o local onde eram guardadas***

as folhas de ponto, subsolo do HRAN, sofreu uma inundação vinda do Ambulatório do HRAN, dessa forma extraviando as folhas da época". (Grifo nosso)

16. Por meio do Comunicado - SES/SUGEP/COAP/DIAP/GAPE, a Gerência de Aposentadorias e Pensões solicitou à servidora o seguinte:

"Em atendimento a Decisão nº 1384/2021 (60409217), solicitamos a colaboração da Sra, haja vista que não logramos êxito com a SES/GO, no fornecimento dos seguintes documentos:

I) Folhas de ponto digitalizadas do período de 04/2007 a 04/2012, para que seja elaborado parecer da Comissão sobre a acumulação;

II) Declaração funcional, em que constem nome, matrícula, cargo, data de admissão, data de aposentadoria (em caso de inatividade), número do processo de aposentadoria (em caso de inatividade), informando, ainda, se a servidora possui ou não tempos averbados nessa Secretaria do Estado de Saúde de Goiás, especificando o quantitativo de dias, os períodos e o local onde o serviço foi prestado, para verificar se houve averbações em duplicidade; informação sobre a situação atual da servidora, se permanece na condição de ativo, uma vez que se aposentou por invalidez nesta SES/DF".

17. Por fim, a Jurisdicionada juntou cópia de publicação do **Diário Oficial GO** nº 23.184, de 25/11/19, que traz a Portaria nº 198/2019 - SES, a qual **exonera a servidora** do cargo efetivo de enfermeira em virtude do **abandono do cargo** com prescrição da correspondente ação disciplinar **"restando configurada tal transgressão em 31 de outubro de 2012 (trigésimo primeiro dia após a interrupção do exercício)".**

18. O Demonstrativo de licenças-prêmio elaborado em 19/04/12 atesta que a servidora teria usufruído de 2 meses e teria para aposentadoria 1 mês (60 em dobro). Em 28/05/12, a Gerência de Aposentadorias e Pensões atestou 7 meses usufruídos, 1 mês para aposentadoria e 1 mês para conversão, o que teria ocorrido mediante a Ordem de Serviço nº 161, de 25/05/12, publicada no DODF de 30/05/12. Conforme o contracheque de março de 2012 apresentado, esse valor seria de R\$ 11.708,81. Esses esclarecimentos foram corroborados pelo Despacho - SES/SUGEP/COAP/DIPAG/GEPAG, de 10/11/21, da Gerência de Pagamento.

19. Diante dos esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada, verifica-se ser impossível avaliar a compatibilidade horária diante da ausência de folhas de ponto. Além disso, entende-se que não cabe a servidora, 10 anos após sua aposentadoria, ser solicitada a comprovar sua jornada de trabalho à época. De toda sorte, diante da exoneração na SES/GO, entende-se superada a questão da acumulação.

20. Verifica-se que a diligência foi atendida a contento.

SUGESTÃO

21. Em razão do exposto, sugere-se ao Tribunal:

I) ter por cumprida a Decisão nº 1384/21;

II) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07;

III) autorizar o arquivamento dos autos.

À consideração superior.

Brasília, 20 de Abril de 2022

LIANA RESENDE BRANDÃO - Mat. nº 4103

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 16:30:13 - 27/04/2022